Liberalismo e fascismo, convergências

*JOÃO QUARTIM DE MORAES**

"Gazeta Mercantil: — Na área de banco privado, a Merrill Lynch fez algum estudo para examinar porque algumas pessoas acumulam riquezas e a maioria não?
Smith Jr.: — *Não. Estamos interessados quando as pessoas têm riqueza..."*[1]

Envergonhadas afinidades

Os politólogos liberais costumam enfatizar as semelhanças entre fascismo e comunismo, apresentando-os como duas variantes do que chamam *totalitarismo*. Aos "cientistas políticos" formados no morno positivismo do saber oficial estadunidense, que professam tanto respeito pelas observações empíricas, permitimo-nos notar que qualquer estudo histórico-estatístico minimamente objetivo mostraria certamente, porém, que a quantidade de liberais que aderiram ao fascismo foi incomparavelmente maior do que a de comunistas.

Muito maior ainda é a envergonhada solidariedade de países festejados por seu apego aos valores e instituições liberais para com os veteranos do nazi-fascismo. Não foi nos países do extinto bloco soviético que os exterminadores de judeus e de comunistas, membros da SS ou esquadrões da morte compostos de facínoras locais que atuaram na esteira da expansão hitleriana encontraram refúgio, mas principalmente no muito liberal Canadá, onde, como recentemente comprovaram caçadores de nazistas, centenas

*Professor do Departamento de Filosofia da Unicamp.

1. Entrevista com Winthrop Smith Jr., presidente do Conselho Mundial da Merrill Lynch International, *Gazeta Mercantil* de 24 de junho de 1997. No preâmbulo, o entrevistador, Getulio Bittencourt, informa que "a riqueza das pessoas com alto valor líquido (*sic*) somou globalmente mais de US$ 16 trilhões em 1996 e deve chegar a US$ 24 trilhões até o final (...) deste século. Nos últimos dez anos, a riqueza desse grupo cresceu a uma média anual composta de 8%; no ano passado, o patrimônio dos ricos da América Latina teve o maior crescimento no mundo (22%) (...)".

de veteranos de *pogroms* vivem ou viveram em plena tranqüilidade e completa impunidade. Confirmou-se também que no pós-guerra bastava mostrar tatuagem de SS para ser imediatamente acolhido pelas autoridades canadenses. Ainda hoje, centenas de veteranos dos exércitos hitlerianos recebem pensões do muito liberal e muito cristão governo alemão.[2]

A Suíça, onde ao abrigo do sacrossanto princípio do segredo bancário, repousam e frutificam os frutos financeiros do tráfico de drogas (cujos lucros anualmente "lavados" giram em torno de 200 bilhões de dólares) e de armas, também acolheu de braços e cofres abertos o dinheiro pilhado e extorquido dos judeus por seus algozes nazistas. Somente mais de sessenta anos após o desencadeamento da furiosa perseguição nazista aos judeus, reuniu-se, em Londres, em dezembro de 1997, uma conferência organizada pelo Conselho Judaico Mundial colocando na ordem do dia a parceria financeira dos banqueiros suíços com os hitlerianos. Revelou-se então que mais de dois terços (76%) do ouro nazista extorquido das vítimas do extermínio havia sido transferido ao país que "lava mais branco" a sujeira do capitalismo. Tal foi a conclusão de uma comissão de historiadores autorizada a vasculhar a documentação existente. Parte do ouro que frutificou durante seis décadas na exemplar democracia liberal proveio diretamente, segundo a Comissão, dos campos de extermínio. Dentes de ouro, além de pertences do mesmo metal arrancados das vítimas das câmaras de gás, reforçaram a tradicional função frutificadora de capitais exercida pela Suíça, celebrado modelo de prosperidade burguesa e do mais respeitado liberalismo.

A afinidade do governo canadense e o proveitoso entendimento dos banqueiros suíços com os hitlerianos são apenas exemplos, longo tempo mantidos em pudibundo segredo, do modo como os liberais aplicam, relativamente aos nazi-fascistas, o princípio de que nas horas difíceis devemos ajudar os amigos. No Brasil, é comum ouvirmos personalidades liberais com notória participação no golpe reacionário de 1964 declarar que até dezembro de 1968 (isto é, até o Ato 5), a "revolução" cumpriu seus objetivos (entendamos, derrubar um governo progressista, domar os sindicatos e expurgar das Forças Armadas e de outros aparelhos de Estado, inclusive do Supremo Tribunal Federal, todos os suspeitos de simpatia pelas reformas de base propostas pela esquerda), mas depois deles se desviou. Há nisso alguma verdade: para mencionar exemplo conhecido, o jornal *O Estado de S. Paulo*

2. A solidariedade da direita alemã com os exércitos hitlerianos continua firme. *The Times*, expressão escrita da mais respeitável burguesia liberal-imperial inglesa, noticiou a 1º de março de 1997, sob o título "Kohl´s allies join Wehrmacht protest march in the footsteps of Hitler", a discreta conivência de Theo Waigel, ministro das Finanças do governo Kohl, e chefe da CSU (União Social-Cristã), com a participação de seus correligionários da Baviera numa marcha através de Munique, refazendo o roteiro de Hitler, Goering e sócios durante o '*putsch*' fracassado de 1923. A nostálgica iniciativa constituiu um desagravo à Wehrmacht, cujos crimes durante a ocupação hileriana da Polônia e da Alemanha estavam sendo denunciados numa exposição histórica com larga (e atroz) documentação iconográfica.

manifestou claramente seu repúdio à censura. Quando porém o poder do dinheiro já não mais consegue manter o dinheiro no poder, quando o sufrágio universal e o complexo de direitos políticos que os acompanham se tornam 'disfuncionais' para a defesa da ordem do capital face ao avanço da esquerda, os liberais não hesitam em recorrer aos bons serviços de chefes fascistas, de generais furibundos, de policiais psicopatas, erigidos em defensores da "livre empresa". A passagem dos porta-vozes do capital ao campo da contra-revolução armada e do terrorismo reacionário em momentos de crise revolucionária constitui regra geral da ordem burguesa. É que fascistas e liberais defendem substancialmente os mesmos interesses de classe.

Um exemplo expressivo: a imediata simpatia suscitada entre os liberais brasileiros pelo golpe fascista no Chile. Os grandes meios privados de comunicação social, praticamente sem exceção, vibraram eufóricos com a revanche da reação. *Veja*, já então a mais importante revista semanal do país, estampou na capa de seu nº 264, datado de 26 de setembro de 1973, o retrato do grande carniceiro de Santiago, general Augusto Pinochet, em uniforme de gala, com a severa e dominadora fisionomia de salvador do Ocidente, da família, de Deus e da propriedade, acompanhado do título: "Chile. A reconstrução armada". Tal atitude, longe de ser excepcional, constitui apenas exemplo banal de um fenômeno político recorrente ao longo da história da dominação burguesa: a supressão da *forma política liberal* para preservar o essencial do *conteúdo econômico* capitalista.

Outra prova contundente, em nossas terras, da afinidade entre terrorismo militar criptofascista e liberalismo reacionário está no elogio de Martinez de Hoz, ministro da Fazenda do celerado general Videla a Roberto Campos, seu colega e inspirador brasileiro. Em discurso de 20 de junho de 1977, quando a Argentina sufocava debaixo de um terrorismo de Estado sem precedentes em sua História, ele assim se exprimiu: "Os senhores devem se lembrar de Roberto Campos (...) Encontrei-o em julho do ano passado quando viajei para a Europa; estivemos juntos uma noite e me disse (...) o seguinte: 'tu estás sendo apoiado por todo mundo em teu país; todo mundo está contente (...) todo mundo aplaude (...)".[3] Isto no exato momento em que os esbirros da ditadura militar argentina torturavam, estupravam e assassinavam até mesmo secundaristas![4] É de dar náusea,

3. Cf. Jorge Sachvarzer, *Martinez de Hoz: la lógica política de la política económica*. Buenos Aires, Cisea. 1983, p. 54.

4. Quem assistiu, entre outros, ao doloroso filme de Héctor Olivera *La noche de los lápices*, lançado em 1986 (no Brasil, sob o título *Noite sem fim*), que narra a tragédia de sete estudantes seqüestrados pelos esbirros homicidas do governo criminoso do ditador argentino Videla (responsável pelas formas mais covardes, atrozes e degeneradas de repressão política), do qual Martinez de Hoz foi um dos principais ministros, partilhará certamente do enjôo de estômago que sentimos diante de gente como ele e seu amigo R. Campos. Acrescente-se que o filme assinala serem pelo menos 230 os adolescentes "desaparecidos" na Argentina.

mas não surpreende, dada a afinidade profunda dos dois zelosos servidores, em postos da mais alta responsabilidade, portanto da mais alta cumplicidade, de regimes de força culpados de crimes hediondos. Surpreende um pouco a cumplicidade dos liberais com estes e outros veteranos da "estabilização" implementada nas salas de tortura. Mas só um pouco. A facilidade com que os dois principais executores da política econômica da ditadura militar brasileira, o referido Roberto Campos e Delfim Neto (este carregando em seu curriculum o título de co-signatário do nefando Ato 5), lograram virar a casaca para posar como liberais, pontificando na imprensa e na política, explica-se na medida em que, no sentido econômico do termo, sempre o foram, mesmo no tempo em que o primeiro era ministro do ditador Castelo Branco e o segundo, dos ditadores Costa e Silva, Médici e Figueiredo.

Variante menos descarada da envergonhada afinidade entre liberalismo e fascismo é a convergência dos programas econômicos dos criptofascistas e dos liberais na América do Sul. Embora vertendo lágrimas de crocodilo face ao "autoritarismo" de Pinochet, os neoliberais brasileiros e seus congêneres prestam homenagem a sua política econômica. Um destes, o político católico-centrista Bresser Pereira, ex-conselheiro do milionário Abílio Diniz, ex-ministro de José Sarney, enfatizou, em dezembro de 1990, num programa de TV, que só o Chile aplicara conseqüentemente a política econômica capaz de atingir o objetivo do "ajuste fiscal", condição *sine qua non* para resolver a "crise latino-americana". (Pudicamente, temeroso do escândalo, como bom católico, o pensador centrista omitiu o pormenor desagradável de que tal "êxito" fora obtido sob a bota de Pinochet). Bresser, entretanto, não é o único admirador discreto das enérgicas medidas implementadas pelo ditador, depois senador vitalício chileno. É difícil encontrar alguma referência ao Chile na grande imprensa brasileira que não saliente o sucesso das medidas de restauração capitalista promovidas pela ditadura militar criptofascista, cuja versão do privatismo ultra-reacionário é tão cruel que até a água potável é monopolizada por poderosos grupos capitalistas.[5]

Definições dogmáticas e definições objetivas

Dir-se-á que os crimes dos liberais não afetam a essência do liberalismo e que os "acertos" da política econômica neoliberal *avant la lettre* de

5. Um exemplo, entre inumeráveis outros, foi proporcionado por um alto funcionário do Ministério do Meio Ambiente. Justificando a necessidade de regulamentação pelo Estado brasileiro do uso da água doce, argumentou ser esta "a única forma de impedirmos que as empresas mais ricas comprem todo o poder de uso da água e fiquem com o monopólio, como aconteceu com o Chile" (*Gazeta Mercantil* de 19/11/1997). Do terrorismo do Estado israelense (base militar do Império estadunidense) contra o povo palestino faz parte confiscar para os judeus praticamente toda a água disponível.

Pinochet[6] são separáveis da orgia homicida do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973. Em algum nível de abstração tais respostas são aceitáveis, mas valem também para as demais ideologias. Todas, em princípio, podem invocar circunstâncias perversas que favoreceram atos odiosos desvirtuadores das normas e valores que preconizam (e em alguma medida respeitam).[7] Entretanto, embora não haja ideologias sem normatividade ética, nenhuma ideologia pode pretender ser avaliada apenas pelos valores que preconiza. (Assim como nenhum indivíduo pode ser julgado apenas pela imagem que tem de si próprio). Principalmente porque, longe de constituírem objetos culturais homogêneos e unívocos, todas elas, quer as explícita e imediatamente políticas, quer as religiosas, filosóficas, etc., configuram-se como complexos culturais heteróclitos, compostos de idealidades (doutrinas, teorias, idéias-forças, livros sagrados) e instituições (estatais, partidárias, culturais) interagindo na trama infinita dos atos, fatos e processos que tecem o devir histórico.

Tratar esquematicamente questão tão complexa, mais do que inútil, é desaconselhável. As simplificações entorpecem um debate que por sua própria natureza vem carregado de preconceitos e paixões e que no mais das vezes se exaure num diálogo de surdos, em que cada qual reitera ao adversário suas próprias posições doutrinárias. Por isso, é sempre de bom alvitre começar o exame crítico de uma doutrina pela leitura dos autores que a defendem: quem não é capaz de ouvir não é capaz de criticar. Mas não devemos perder tempo com qualquer apologista de plantão, incapaz de discutir suas convicções sem recitar um banal catecismo político. Para determinar os traços essenciais do liberalismo convém ler, principalmente, aqueles de seus defensores que oferecem uma visão objetiva e universal da gênese e da evolução do liberalismo enquanto complexo político-ideológico, como os italianos Guido de Ruggiero e Giovanni Sartori, para

6. Em linguagem pasteurizada, *O Estado de S. Paulo* de 26/11/98, logo após a recusa, pela Câmara dos Lordes britânica, de imunidade para o grande genocida chileno, lembrou que a 3 de janeiro de 1975 "uma equipe de economistas da chamada *Escola de Chicago* começou a estabelecer no Chile um sistema de economia de livre mercado amparado pelo regime militar". De modo geral, a grande imprensa brasileira oscilou entre o humanismo melífluo e a solidariedade possível com o carniceiro de Santiago, "equilibrando" a denúncia de seus crimes com ataques dirigidos a Stalin e a Fidel Castro... Sem medo do ridículo, invocou também a "soberania" chilena, esquecendo a doutrina neoliberal da globalização.

7. O caso-limite é o dos neonazistas que ora sustentam que os campos de extermínio hitlerianos não existiram (teriam sido uma "montagem" das potências vitoriosas), ora ponderam que não se podem julgar os "grandes homens" (Hitler e asseclas) com o mesmo critério ético "mesquinho" com que se julgam homens comuns. Hitler teria apenas levado a sério o lema nietzschiano de se pôr acima do bem e do mal. Para quem não se ergue a tais culminâncias metaéticas, a perversidade não está em nenhuma circunstância e sim na doutrina enquanto tal e portanto os dois argumentos são insuportavelmente descarados. Nem por isso deixam de ser usados pelos nostálgicos do Führer.

tomar dois exemplos eminentes, um da primeira, outro da segunda metade deste século.[8] Antes de mais nada porque ambos se situam no único terreno em que uma ideologia pode ser compreendida: o de sua própria história, que se enraíza na sociedade e na cultura em que surgiu e se desenvolveu, precipuamente nos interesses sociais que explicita e sustenta.[9]

O dogmatismo, tanto o apologético quanto o hipercrítico, opera através de *definições artificiais* ou *meramente nominais*. Qualquer que seja seu valor lógico, mesmo se rigorosas, perfeitamente claras e distintas, tais definições apenas recortam arbitrariamente, em função dos interesses e objetivos extrateóricos do ideólogo, as conotações mais favoráveis (ou desfavoráveis) do campo semântico do *definiendum*. O procedimento é fácil, mas mutilador: trata uma idéia-força (cuja força consiste exatamente em não ser apenas uma idéia, mas o resultado histórico de confrontos e lutas seculares) como se ela pudesse ser definida como um geômetra define um polígono ou um "marketeiro" inventa um nome para um produto. Longe de elucidar a trajetória histórica das idéias políticas e de captar sinteticamente os componentes essenciais de seu conteúdo, as definições dogmáticas optam discricionariamente por uma determinada vertente do campo ideológico. Podem ser polemicamente úteis para os que as sustentam, mas, no plano teórico, apenas obscurecem o debate.

É curioso constatar que, embora com motivações políticas opostas, os dogmáticos de esquerda convergem com os de direita no empenho em ocultar as diferenças entre liberalismo e democracia. Os de esquerda, ao afirmar o caráter irremediavelmente burguês da democracia, tornam irrelevante, senão impossível, distingui-la da ideologia liberal. Os de direita, principalmente os politólogos norte-americanos, para anexar à ideologia

8. Um dos mais eminentes teóricos do liberalismo, Guido de Ruggiero deixa claras, desde o início de sua clássica *Storia del liberalismo europeo*, as origens feudais do parlamentarismo. O primeiro tópico da Introdução, intitulado "La libertà feudale" se abre, com efeito, com a célebre fórmula de Montesquieu: "na França a liberdade é antiga, o despotismo recente". Observação justa, na medida em que a liberdade é mais antiga do que o absolutismo da monarquia moderna, já que tem suas raízes no sociedade feudal. Cf. Guido de Ruggiero, *Storia del liberalismo europeo*. Milão, Feltrinelli. 1962, p. 3. Já o liberal Schumpeter, em que pesem seus notáveis méritos acadêmicos (pensamos principalmente em sua póstuma mas notável *History of economic analysis*. Oxford University Press. 1954) não é imprescindível. Seu muito conhecido *Capitalismo, socialismo e democracia* parece-nos antes um tratado doutrinário do que um estudo objetivo. Toda sua copiosa e ambiciosa elaboração sobre a democracia, além de trivialmente positivista, repousa como veremos logo adiante, na confusão entre o ideário liberal e o democrático. Isto, segundo nós, basta para desqualificá-la enquanto contribuição teórica.

9. É sempre útil lembrar a este respeito a pertinente observação de Giovanni Sartori: "o sentido da palavra democracia não é convencional, porque é histórico". Obviamente, ela vale também para as demais ideologias que pesaram no movimento histórico. Cf. *Théorie de la démocratie*. Paris, Armand Colin. 1973, p. 176. A versão francesa apresenta o duplo interesse de haver sido efetuada sobre a 2ª edição norte-americana de *Democratic theory* (Praeger, 1965), revista pelo autor e ampliada com o verbete *"democracia"* escrito por Sartori para a *International Encyclopedia of the social sciences.*

liberal os valores democráticos, amputam-nos de seu conteúdo historicamente originário e conceitualmente essencial (= poder do povo).

A expressão *democracia burguesa*, corrente no léxico marxista, em si mesma não é nem verdadeira nem falsa. Dá origem, entretanto, a múltiplos equívocos, às vezes catastróficos, quando tratada como uma proposição da forma *S é P*, pouco importando qual o sujeito e qual o predicado (a democracia é burguesa ou a burguesia é democrática). A dificuldade está no verbo *ser*. A cópula predicativa oculta a tensão dialética entre as duas categorias, apresentando-as como uma proposição estaticamente positiva, destas que se constatam em laboratório ou se definem construindo o próprio objeto como o geômetra ao ensinar que o triângulo *é* um polígono regular de três lados. Desnecessário discorrer sobre as conseqüências politicamente desastrosas deste emprego banal do verbo ser (a democracia *é* burguesa, portanto, constitui, para a classe operária, no máximo, um objetivo tático). Aqui, entretanto, importa-nos sobretudo insistir em suas conseqüências teóricas, notadamente nas que concernem à elucidação dos traços essenciais do liberalismo. Com efeito, definir a democracia como forma de dominação de classe da burguesia é impedir-se de compreender que aquele, incomparavelmente mais do que esta, expressa os interesses políticos da ordem capitalista. A vulgata dogmática do marxismo se exaure, assim, numa duplamente tautológica conclusão: liberalismo = democracia = dominação política da burguesia. Os mais extremistas incluirão o fascismo (que incontestavelmente é também burguês) nessa cadeia de identidades. Melhor deixá-los falar sozinhos.

Parece-nos, ao contrário, que a história política da luta de classes nas sociedades burguesas gravita em torno da *tensão contraditória* entre os interesses do capital e os da maioria. Na linguagem corrente, esta tensão se expressa por determinações quantitativas. Quando são amplas e sólidas as instituições que correspondem à vontade e aos interesses da maioria (a escola pública de qualidade, o contrato coletivo de trabalho, os direitos sindicais, a previdência social, etc.), no mais das vezes conquistadas através de combates seculares da classe operária e outras forças populares, notadamente na Europa ocidental, dizemos que há mais democracia, que o Estado capitalista é mais democrático. O caráter meramente quantitativo destas determinações decorre de expressarem correlações de forças em constante evolução (que tanto pode ser progressiva quanto regressiva). Como o limite das variações quantitativas é uma mudança de qualidade, o limite ascendente da evolução democrática nas sociedades burguesas corresponde ao máximo avanço do interesse coletivo, precipuamente o dos que vivem, ou sobrevivem, da venda de sua força de trabalho. As conquistas democráticas dos trabalhadores europeus durante o quarto de século que seguiu o término da Segunda Guerra Mundial configuraram a maior aproximação histórica deste limite estrutural progressivo.

Nem as instituições democráticas, nem mesmo as liberais são inerentes à dominação de classe da burguesia. O liberalismo é burguês no sentido de que constitui a forma política mais adequada à dominação de classe dos capitalistas e, nesta medida, serve-lhes de ideologia espontânea. Mas em situações de crise política aguda, quando o controle exercido sobre a "opinião pública" pelos grandes meios privados de comunicação social não logra garantir a "funcionalidade" do sufrágio universal (ou, para utilizar chavão em moda entre os politólogos bem-pensantes, a "governabilidade" das instituições), a burguesia, para manter seus privilégios econômicos, portanto suas posições de classe, redescobre sua profunda afinidade com o fascismo. Para manter a "liberdade" essencial, a propriedade privada dos meios sociais de produção, não costuma ter escrúpulos em revogar o conteúdo ético-político do liberalismo ("Estado de Direito", liberdades e garantias individuais, etc.) trocando-o por medidas (e, se necessário, por regimes) de exceção, do "estado de sítio" às ditaduras militares que aplicam a tortura e as execuções sumárias em escala genocida.[10] Confirmando à sua maneira a tese histórico-materialista de que a base econômica determina a superestrutura política, a ordem burguesa só é intransigente na defesa da propriedade burguesa. Se aceita, em determinadas condições e correlações de força, reformas progressistas, aceita também hediondos retrocessos, tais como expressaram-se historicamente no fascismo, no nazismo e nas demais formas teratológicas dos regimes de exceção do século XX.

Anexação da democracia pelo liberalismo

Ao amálgama, operado pelo marxismo dogmático, entre democracia e liberalismo, responde, no campo liberal, o igualmente dogmático ocultamento da diferença entre aquelas duas categorias políticas. O objetivo político é oposto: identificar as duas categorias para erigir a *democracia liberal* em "pensamento único". Mas o procedimento e o resultado são os

10. Evidentemente, o grau de civilização de uma classe dominante é diretamente proporcional a seus escrúpulos políticos e portanto inversamente proporcional a sua tendência de recorrer à violência militar e ao terrorismo de Estado. A Itália dos anos 70 e 80 reprimiu com mão pesada as Brigadas Vermelhas e outros agrupamentos revolucionários armados, mas sem ruptura institucional nem terrorismo de Estado. A fórmula "era nós ou Marighella" a que recorreu Jarbas Passarinho, entrevistado por ocasião do 30º aniversário do nefando Ato 5, cuja promulgação defendeu com sanha desenvolta, mais do que cínica, marca o reconhecimento da miséria política da ditadura de que fez parte. Para manter o poder, tinham de dar carta branca aos celerados da Oban e dos DOI-Codi. Delfim Netto, outro co-signatário do ato celerado, habituado a vangloriar-se de sua truculência golpista, gosta de recordar, com a valentia fácil do beleguim, que "(...) nós (os golpistas de 64) os (a esquerda) botamos para correr em 64". Mais tarde, assinando o Ato 5, "botou-os" no pau de arara e na "cadeira do dragão". Trinta anos depois, também entrevistado, saiu-se com a alegação mentirosa de que o ato celerado era necessário porque os grupos armados estavam recebendo financiamento do exterior.

mesmos: anular a própria questão da democracia, mais exatamente, anular a democracia enquanto questão. Ao tratar a democracia como irremediavelmente burguesa, não compreendendo que enquanto categoria institucional, ela concretizou-se, em decisivas situações históricas (a Atenas de Péricles, a França de Robespierre), como forma política do progresso social e do interesse coletivo, a vulgata marxista facilitou sua apropriação pelos liberais.

A desmistificação dessa grande impostura da politologia estadunidense pode e deve se efetuar com estrita objetividade teórica. Notamos, com efeito, que em suas mais esclarecidas expressões, o pensamento liberal reconhece o caráter problematico da relação da democracia com o liberalismo. Entre os teóricos liberais da democracia, Giovanni Sartori foi um dos que analisou com mais acuidade a complexa relação entre essas duas categorias, mostrando que, ao longo dos dois últimos séculos, conheceram fases de convergência e de divergência, mas alertando que "o porvir parece dever mostrar que sua união é cada vez mais problemática. Após sua feliz convergência no século passado, o liberalismo e a democracia começam de novo a divergir".[11] *Democracia* e *liberalismo* são, com efeito, categorias políticas irredutíveis uma à outra. Como reconheceram, além de Sartori, outros autores liberais respeitadores da objetividade histórica, a "democracia liberal" não constitui uma fusão, mas uma tensa e problemática síntese de seus princípios fundamentais respectivos. A soberania popular, princípio supremo da democracia, é, *em última instância,* incompatível com a supremacia da propriedade privada e da liberdade individual, valores supremos do liberalismo.

Incompatibilidade em última instância significa também compatibilidade nas demais instâncias. O exercício da soberania pelo coletivo dos cidadãos (pelo povo enquanto sujeito político) é compatível com os princípios liberais, como foram ambos com a escravidão (abolida na França revolucionária pela Convenção Nacional e, após a queda de Robespierre, logo restabelecida pelos thermidorianos). Mesmo entretanto em sociedades liberais cujas instituições adquiriram secular solidez, como a dos ingleses e estadunidenses, o poder do dinheiro mantém com igualmente longa solidez o dinheiro no poder. O acúmulo da riqueza burguesa na forma da concentração da propriedade dos meios de produção[12] e a transformação

11. Sartori, *ib.*, p. 278.

12. Os plumitivos do capital, os de ontem como os de hoje, ora enfatizam a importância da "distribuição do capital" através do mercado de ações, ora explicam que "Milionários e bilionários são mais que necessários", conforme o título de artigo de John Plender, publicado no *Financial Times* e reproduzido em *Gazeta Mercantil*, caderno "Fim de Semana", 25 de junho de 1993. Entre outros primores do mais desabrido reacionarismo liberal está a resposta, previsivelmente positiva, à questão formulada pelo próprio autor, de saber se os ricos estão "realmente cumprindo sua tarefa".